



INSTITUTO SUPERIORPOLITÉCNICO DE GAZA

DIVISÃO DE AGRICULTURA

CURSO DE ENGENHARIA FLORESTAL

RELATÓRIO FINAL

**IMPACTOS SOCIOCULTURAIS ADVINDOS DO PROCESSO DE
REASSENTAMENTO POPULACIONAL DA COMUNIDADE DE BINGO, DISTRITO
DE MASSINGIR**

Monografia científica apresentada e defendida como requisito para a obtenção do grau de
Licenciatura em Engenharia Florestal

Autora: Ana Alberto Chingueleze

Tutor: dr. Arão Raimundo Feniassse (MSc)

Lionde, Novembro de 2022



INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO DE GAZA

Monografia científica sobre : **Avaliação dos impactos socioculturais advindos do processo de reassentamento populacional da comunidade de bingo, distrito de Massingir.** apresentada ao Curso de Engenharia Florestal na Faculdade de Agricultura do Instituto Superior Politécnico de Gaza, como requisito para obtenção do grau de Licenciatura em Engenharia Florestal.

Arão Raimundo Feniasse

(dr. Arão Raimundo Feniasse MSc)

Edson Moisés Chilaquene Massingue

(Eng. Edson Moisés Chilaquene Massingue, MSc)

Juvência Yolanda Malate

(Eng. Juvência Yolanda Malate MSc)

Lionde, Novembro de 2022

Índice

ÍNDICE DE FIGURAS	v
Declaração	vi
LISTA DE ABREVIATURA.....	vii
Dedicatória.....	viii
Agradecimentos	ix
Resumo	x
1. INTRODUÇÃO	1
1.1. Problema e Justificativa do Estudo.....	5
1.2. OBJECTIVOS	7
1.2.1. Geral.....	7
1.2.2. Específicos	7
2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	8
2.1. Áreas de Conservação	8
2.2. Reassentamento	9
2.3. Reassentamentos em Moçambique.....	10
2.3.1. Fases de Reassentamento	13
2.4. Processo de Reassentamento nas Áreas de Conservação	15
2.4.1. Acesso à Terra e Reassentamento.....	17
2.4.2. Cultura	19
2.4.3. Integração Social.....	19
2.4.4. Dimensão Simbólica	20
3. MATERIAIS E MÉTODOS	22
3.1. Descrição da área de estudo.....	22
3.2. Clima e Hidrografia.....	23
3.3. Relevo e solo	23

3.4.	Vegetação	23
3.5.	Atividades Sócio-Cultural	24
3.6.	Materiais	25
3.7.	Métodos	25
3.7.1.	Análise estatística	26
4.	RESULTADOS E DISCUSSÃO	27
4.1.	Caracterização sócio demográfica dos inquiridos	27
4.1.1.	Distribuição dos inquiridos por Sexo e Idade	27
4.1.2.	Estado Civil e Habilitação Literária.....	28
4.1.3.	Distribuição dos inquiridos por profissão e pelo grau de satisfação na iniciativa do projecto reassentamento	29
4.1.4.	Participação das comunidades na tomada de decisão	30
4.2.	Impacto Sociocultural às famílias a serem Realocadas / Reassentadas.....	31
4.2.1.	Constrangimentos culturais que podem advir durante e após o processo de reassentamento.....	31
4.3.	Estratégias de integração dos indivíduos a serem reassentados no novo espaço habitacional.....	35
4.3.1.	Continuidade das práticas tradicionais.....	35
4.3.2.	Continuidade das práticas religiosas	36
4.3.3.	Adopção de novas práticas culturais no novo espaço habitacional	38
4.4.	Integração da Comunidade Anfitriã no Processo de Reassentamento	39
5.	CONCLUSÃO	40
6.	RECOMENDAÇÕES	41
7.	Referência Bibliográfica	42
8.	ANEXOS.....	45

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Mapa de Localização do local de estudo na Comunidade de Chitar	22
Figura 2: Distribuição quanto ao género e idade	27
Figura 3: Demonstração do estado civil e o nível de escolaridade da comunidade a ser reasentada.....	28
Figura 4: Ocupação profissional e satisfação da iniciativa do reassentamento	29
Figura 8: Entrevista com a comunidade no local dos encontros	46
Figura 9: Casas da comunidade no espaço actual.....	46
Figura 10: Entrevista com o líder	47
Figura 11: Casa para as comunidades no novo espaço.....	47
Figura 12: Furo de água.....	49



INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO DE GAZA

Declaração

Declaro por minha honra que este Trabalho de Culminação do Curso é resultado da minha investigação pessoal e das orientações dos meus supervisores, o seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia final. Declaro ainda que este trabalho não foi apresentado em nenhuma outra instituição para propósito semelhante ou obtenção de qualquer grau académico.

Lionde, Novembro de 2022.

Ana Alberto Chingueleze

(Ana Alberto Chingueleze)

LISTA DE ABREVIATURA

AIA-Avaliação do Impacto Ambiental

IIAM-Instituto de Investigação Agrária de Moçambique

ISPG – Instituto Superior Politécnico de Gaza

MAE- Ministério da Administração Estatal

MICOA- Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental

PMD-Plano de Maneio e Desenvolvimento

PAR – Plano de Acção de Reassentamento

PNL-Parque Nacional do Limpopo

IUCN- União Internacional para Conservação da Natureza

MITADER-Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural

ANAC- Administração Nacional de Áreas de conservação

ACTF – Áreas de Conservação Transfronteiriças

CCR – Comité Comunitário de Reassentamento

Dedicatória

*Dedico este trabalho de culminação do curso ao meu estimado amado esposo **Juvenal Laice**, cúmplice e paciente por todas vezes que tive que paralisar outros programas para realizar este trabalho, ao meu filho **Vagner Laice** que desde pequeno esta nessa batalha junto da mãe. Aos meus pais e aos meus irmãos que desde início do curso sempre deram amor, carinho e depositaram fé em mim.*

Dedico!

“A cultura é um sistema de símbolos que uma população cria e usa para organizar-se, facilitar a interação e para regular o pensamento.”

(Turner, 1999)

Agradecimentos

Em primeiro lugar agradeço a Deus pelo dom da vida que me tem concedido e pelo depósito de espírito de luta e investigação para que saia este trabalho.

Agradecimentos vão para minha Mãe senhora Amelia José Magaia em (memoria), ao meu pai senhor Alberto Lauchane Chingueleze por me darem oportunidade de conhecer o mundo, pela confiança depositada em me deslocar por quilómetros atrás dos meus sonhos de me formar, pelo suporte incondicional, também pelo apoio financeiro.

A minha irmã Ester Alberto Chingueleze pelo apoio moral e por batalhar juntas nessa jornada e por me apoiar financeiramente nas mensalidades, presto os meus agradecimentos para todos meus irmãos. E aos meus tios em particular a tia Argentina.

Carinhosamente agradeço ao meu filho Vagner Juvenal pela paciência de ficar longe da mãe e ao meu querido marido Juvenal Laice pelo suporte em todas noites sem dormir acompanhado me na produção desta monografia, pelo carinho e fé transmitida, pelo apoio financeiro contribuído para o fim da jornada.

Ao Governo Distrital de Massingir por permitir a entrada nas comunidades e ao Parque Nacional do Limpopo pelo apoio prestado no campo.

Ao meu tutor o Dr. Arão Raimundo Feniassa (MSc) por confiar na minha potencialidade na realização desta monografia e pelo apoio na realização do mesmo. E ao Eng. Agnaldo pela ajuda prestada na escolha do tema o meu muito obrigada.

Estou muito grata aos meus colegas, Silva Rassul, Inocente Daniel Vasco, Adriano Sito e aos meus amigos, Nélia Helena Muendane, Edson Lisboa, aos restantes aqui não mencionados pelo apoio em material didático e moral. Em especial agradeço a Crimilência por cuidar do meu filho enquanto ia a faculdade.

Por fim agradeço a toda minha família e a todos aqueles que directos ou indirectamente estiveram na contribuição do meu triunfo e que o presente trabalho se tornasse realidade, expresso o meu mais sincero e profundo agradecimentos e reconhecimentos a todos.

Resumo

O presente estudo aborda sobre o Parque Nacional do Limpopo, cujo tema é Impacto Sócio-cultural advindo do processo de Reassentamento Populacional da Comunidade de Bingo, no distrito de Massingir. O estudo tem como objectivo geral, avaliar as alterações socioculturais, económicos e possíveis impactos que podem advir após- reassentamento populacional da comunidade de Bingo. A comunidade a ser reassentada está enfrentando conflitos com a fauna – bravia.com isso surge a necessidade de avaliar os impactos de reassentamento da comunidade que vive dentro do Parque para fora. Este estudo foi feito na comunidade de Bingo (a comunidade á ser reassentada), e na comunidade de Chitar (a comunidade hospedeira) Distrito de Massingir, Província de Gaza, no ano 2021 no mês de outubro. Para o levantamento dos dados usou se a amostragem não probabilística onde, as famílias foram selecionadas com base na acessibilidade para responder os inquéritos, por meio das entrevistas, onde foram entrevistadas 142 pessoas e para o tratamento da informação recolhida, recorreu-se a uma análise estatística descritiva. Esta foi realizada com recurso a planilha eletrónica Microsoft Office Excel 2019, tendo- se procedido à descrição, interpretação, e análise dos dados numéricos através da criação de gráficos. Como resultados da pesquisa, concluiu-se que a comunidade a ser reassentada ira beneficiar se de infraestruturas melhoradas (casas, escolas, hospitais, igrejas e fontes de água), normalizar as suas condições de vida e em alguns casos beneficiarão se de melhores condições socioeconómicas. No que diz respeito a integração social constatou-se que os hábitos e costumes não serão diferentes tendo em conta que a transferência será no mesmo distrito. Os constrangimentos socioculturais gerados no processo pós - reassentamento da população são, a perda de valores culturais associados ao espaço em que vivem, abandono de suas residências, árvores e cabanas sagradas, e campos agrícolas. Recomenda-se que sejam adoptadas estratégia tais como: harmonização dos hábitos e costumes, construção de laços sociais e simbólicas, participação conjunta nas actividades profissionais e de geração de renda, como forma de superar as dificuldades e problemas culturais.

Palavras-chaves: Áreas de conservação, Reassentamento Populacional, Impactos socioculturais.

ABSTRACT

The present study deals with the Limpopo National Park, whose theme is Socio-cultural Impact arising from the Population Resettlement process of the Bingo Community, in the district of Massingir. The general objective of the study is to assess the sociocultural and economic changes and possible impacts that may arise after the population resettlement of the Bingo community. The community to be resettled is facing conflicts with the fauna – bravia.com this arises the need to assess the impacts of resettlement from the community that lives inside the Park to the outside. This study was carried out in the community of Bingo (the community to be resettled), and in the community of Chitar (the host community) Massingir District, Gaza Province, in the year 2021 in the month of October. For data collection, non-probability sampling was used, where families were selected based on accessibility to answer the surveys, through interviews, where 142 people were interviewed and for the treatment of the information collected, an analysis was used. Descriptive statistics. This was carried out using the Microsoft Office Excel 2019 spreadsheet, with the description, interpretation, and analysis of numerical data through the creation of graphs. As a result of the research, it was concluded that the community to be resettled will benefit from improved infrastructure (houses, schools, hospitals, churches and water sources), normalize their living conditions and in some cases will benefit from better socioeconomic conditions. . With regard to social integration, it was found that habits and customs will not be different considering that the transfer will be in the same district. The sociocultural constraints generated in the post-resettlement process of the population are the loss of cultural values associated with the space in which they live, abandonment of their homes, sacred trees and huts, and agricultural fields. It is recommended that strategies be adopted such as: harmonization of habits and customs, construction of social and symbolic bonds, joint participation in professional activities and income generation, as a way of overcoming cultural difficulties and problems.

Keywords: Conservation areas, Population Resettlement, Socio-cultural impacts.

1. INTRODUÇÃO

As populações residentes na maioria das áreas de conservação em Moçambique geralmente enfrentam o problema sério de pobreza e baixo índice de desenvolvimento devido à falta de oportunidades de emprego e fraco desenvolvimento económico nessas regiões. Carolina Chiure, (2019).

O Parque Nacional de Limpopo é uma das áreas de conservação recentemente proclamada Parque Nacional, pois até 2001 era uma área de caça, “Coutada 16”. A sua proclamação para Parque Nacional relaciona-se com a criação do Parque Transfronteiriço do Grande Limpopo. O facto de ter sido proclamado recentemente faz com que seja uma das que apresenta maior número de pessoas a residirem dentro do Parque, pois as pessoas eram permitidas a residirem dentro da zona de caça e desenvolver as suas actividades sem limitações iguais as de um Parque Nacional (Machel, 2014).

A maior preocupação do Parque Nacional do Limpopo é a existência de residentes que acabam colocando desafios específicos para a preservação da biodiversidade e, ao mesmo tempo, cria-se uma situação de insegurança devido a crescente presença de fauna bravia de grande porte que causam danos nas áreas de cultivo assim como outros danos materiais (casas).

Segundo Machel a maior parte das áreas de conservação em Moçambique ainda existem seres humanos a residirem dentro delas. Para inverter esta situação, estão a ser desenhados mecanismos para o processo de reassentamento das populações nas áreas de conservação. O Parque Nacional de Limpopo é um dos que já iniciou com este processo, até o ano de 2021, já tinham sido reassentadas as comunidades de Massingir Velho, Macavene, Makandazulo A e B e Nanguene. Segundo o Regulamento do Processo de Reassentamento Resultante de Actividades Económicas (aprovado pelo Decreto nº 31/2012 de 8 de Agosto) que preconiza “o reassentamento como sendo a deslocação ou transferência da população afectada de um ponto do território nacional para outro, acompanhada da restauração ou criação de condições iguais ou superiores às que tinham”.

Magano (Sd), olha para o reassentamento como sendo o papel de ancoragem social, que é sustentado por uma parte essencial do nosso quotidiano e da possibilidade de acesso a um

conjunto de serviços e bens públicos que a sociedade precisa para atingir os níveis básicos de bem — estar

O principal objectivo do plano de reassentamento é de minimizar os potenciais impactos negativos que incluem o reassentamento involuntário; desenvolver medidas para mitigá-los; se não puderem ser evitados; compensar adequadamente as partes afectadas de modo a reestruturarem a sua subsistência e garantir que recursos financeiros suficientes, sejam disponíveis para o pagamento adequado de compensações as partes afectadas, implementando medidas de reassentamento de modo a manter ou melhorar seus padrões de vida. Bacela (2017).

O reassentamento é dividido em duas abordagens nomeadamente: material e simbólica. Na primeira olha-se para os benefícios materiais como sendo principal agente da integração social para os reassentados, tomando em consideração factores políticos, sociais e económicos; e na demissão simbólica leva em conta aspectos culturais, tais como: hábitos, costumes, crenças e valores. Com tudo para o estudo em causa conclui-se que está ligado a demissão simbólica, pois o preocupa-se em analisar os aspectos culturais, como um factor importante para a integração social no novo espaço habitacional.

Os Impactos socioculturais são resultado de um tipo particular de relações sociais que ocorrem entre os deslocados e residentes como decorrência do estabelecimento do contacto que provocam mudanças sociais e culturais na sociedade reassentada, sistema de valores, comportamento individual, estrutura familiar, estilos de vida, manifestações artísticas, cerimónias tradicionais e organização social Dias, (2003) & (Amaral, 2019).

Matakala (1999), conclui no seu estudo que os impactos da interação homem-fauna e flora, surgem na medida em que não se faz inventários ou seja levantamentos florestais, que estes podem condicionar na ocorrência do extrativismo desordenado e excessivo que naturalmente conduziria a um rompimento do equilíbrio de ecossistema, resultando em graves consequências ao bem-estar das populações, devido ao aumento da erosão do solo, degradação da fauna e flora silvestres, deterioração da produção de alimentos, desequilíbrio meteorológico gerador de seca enchente, mudanças causadas na paisagem e poluição ambiental.

A relação Homem-natureza é caracterizada como uma das mais importantes concepções que definem o meio ambiente, pois ela traduz o dualismo existente, no modo de ver e pensar histórico. Cabe enfatizar que, a compreensão das relações homem-natureza bem como a questão ambiental, passa pelo conhecimento do processo de produção do espaço, já que a devastação do

planeta leva o homem a pensar na produção do espaço pela técnica. Pois a dialéctica homem-natureza está na base do processo de desenvolvimento e transformação das sociedades humanas, (Bruno, *et al.* 2005).

O presente estudo tem por objetivo, avaliar os impactos socioculturais advindos do processo de reassentamento populacional em Bingo, Distrito de Massingir.

1.1. Problema e Justificativa do Estudo

O reassentamento populacional é tido como a deslocação de pessoas ou grupo de pessoas de uma forma forçada ou obrigada a deixar suas casas ou local de residência habitual, e estas deslocações podem resultar dos efeitos ou conflito armados, de situação de violência generalizada, violações dos direitos humanos ou de catástrofes naturais produzidos ou não pelo Homem Shamini (2011). Conservacionistas de organizações internacionais e agências nacionais parecem ter recuado para a ideia de que seres humanos e animais selvagens não podem coexistir, que as pessoas são uma ameaça para a natureza e que a única solução para os potenciais conflitos sobre os recursos naturais é remover as pessoas da área de conservação, o que implica o deslocamento físico ou restringir o seu acesso aos recursos lá existentes (Cérnea, 2005). No entanto, esta perspectiva é desafiadora e o reassentamento tende a culminar em longo prazo e muitas vezes em grave empobrecimento social, económico e cultural aos reassentados e às famílias hospedeiras (Cérnea, 1997).

Apesar de se colocar o respeito e interesses humanos em primeira instância, a política das áreas de conservação em Moçambique diz que nos casos em que as áreas de conservação são de protecção total, as pessoas nelas residentes automaticamente não podem estabelecer direitos de uso e aproveitamento de terra. No caso em que as áreas tenham sido criadas com as pessoas a viverem no seu meio, os residentes, por força da Lei de Terras, automaticamente perdem esses direitos. É o caso das famílias que vivem dentro do Parque Nacional de Limpopo (Resolução nº 63/2009).

A existência de residentes nas áreas de conservação coloca desafios específicos para a preservação da biodiversidade e, ao mesmo tempo, cria uma situação de insegurança devido à crescente presença de fauna bravia de grande porte, bem como danos materiais às suas casas e produção agrícola. Os conflitos entre os seres humanos e a fauna bravia não se restringem às áreas de conservação. A falta de uma separação efectiva de espaços entre pessoas e animais, através de uma vedação, facilita o movimento dos animais fora das áreas delimitadas, expondo um maior número de pessoas a esse perigo. E não só, os animais em si correm o risco de serem facilmente caçados ou morrerem pelo fácil contacto com o Homem (Machel, 2014).

De acordo com a Resolução nº 63/2009, indica que nos casos em que a conservação e a presença de residentes são incompatíveis, é necessário proceder ao reassentamento, que, neste caso, é tido como um instrumento para casos extremos, onde outras soluções não são aplicáveis e pode ter lugar em zonas de proteção total e outras zonas de interesse nacional. Deve se entender que o objectivo principal, para além da separação dos valores a conservar das populações humanas, o reassentamento é tido como um instrumento de desenvolvimento (idem). Os impactos económicos que podem advir com o reassentamento seriam: o aumento da produção e geração de rendimentos que incluem a exploração de recursos florestais (plantas medicinais, lenha, caniço, estacas, corte de árvores para carvão); e pesca. Enquanto que dentro da área de conservação dependem de agricultura de sequeiro, pesca e turismo. Isto condiciona desta forma a emigração para o país vizinho a procura de oportunidades de emprego para a geração de renda familiar.

Nos últimos anos o Parque Nacional do Limpopo (PNL) tem enfrentando grandes problemas com a população da comunidade de Bingo, que por sua vez queixa-se de ataques de animais (conflito homem-fauna), alegando que eles invadem e destroem as culturas nas suas machambas e casas. De modo a solucionar este problema o PNL decidiu estabelecer uma área para reassentar esta comunidade em uma outra área que não hajam estes conflitos. Portanto, a natureza existiu antes do homem, ela está estrutural e cronologicamente acima do homem (Allègre, 1996). Sendo que o Homem depende da natureza para sua sobrevivência, e este homem por sua vez, pelo uso irracional desta natureza tem vindo a ameaçar a destruição e extinção da mesma.

O presente estudo encontra a sua justificação na necessidade de avaliar o impacto do reassentamento populacional dentro das áreas de conservação para fora destas, tendo em conta que estas áreas fazem parte do sistema de convivência dessas populações. Contudo, a escassez de informação sobre o impacto sociocultural no reassentamento populacional no PNL e adaptação dos reassentados, bem como a existência de poucos trabalhos investigativos que discutem o impacto destes processos na dimensão social e cultural, torna relevante e pertinente esta perspectiva de análise que se propõe fazer, pois, existem inúmeros problemas sociais que as comunidades enfrentam, como resultado das novas dinâmicas sociais que se registam no processo do reassentamento, bem como os constrangimentos inerentes aos processos de reassentamento.

1.2.OBJECTIVOS

1.2.1. Geral:

Avaliar as alterações socioculturais e económicos e possíveis impactos que podem advir após- reassentamento populacional da comunidade de Bingo, Distrito de Massingir;

1.2.2. Específicos:

- ✚ Caracterizar o Perfil sociodemográfico da população a ser reassentada;
- ✚ Identificar os impactos gerados pelo processo de reassentamento populacional e possíveis Constrangimentos;
- ✚ Analisar a Estratégias de integração dos indivíduos a serem reassentados no novo espaço e estratégias de sobrevivência dentro e fora das áreas de conservação do Parque Nacional do Limpopo

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1. Áreas de Conservação

A criação das unidades de conservação no mundo actual vem se constituindo numa das principais formas de intervenção governamental, visando reduzir as perdas da biodiversidade face à degradação ambiental imposta pela sociedade. O processo de criação das áreas de conservação tem sido acompanhado por conflitos e impactos decorrentes da quebra de vínculos de agrupamentos sociais, tradicionais ou não, em várias partes do mundo.

A Política Nacional de Conservação define áreas de conservação como sendo uma área delimitada e estabelecida por um instrumento legal específico, cujo manejo é virado principalmente para a preservação ou conservação de um ecossistema de uma ou mais espécies ou mais elementos paisagísticos ou um monumento arqueológico cultural ou geológico (BR, Resolução nº 63/2009).

Dudley, (2008), define áreas de conservação como sendo “um espaço geográfico claramente definido, reconhecido, dedicado e gerido através de meios legais ou outros igualmente eficientes, com o fim de obter a conservação ao longo do tempo da natureza com os serviços associados ao ecossistema e os valores culturais.”

A protecção das áreas de conservação e o seu uso como locais de pesquisa em ciências biológicas inclui Moçambique. No entanto, Moçambique também enfrenta constrangimentos pelo facto de existirem populações a residir dentro das áreas de conservação, o que leva com que o Governo moçambicano e os seus parceiros estejam preocupados com este cenário, pois a coabitação entre os seres humanos e animais selvagens constitui um perigo para as vidas humanas.

No entanto, Diegues (2008) critica a retirada das populações tradicionais, indígenas ou outras, das áreas de conservação, dizendo que as áreas protegidas poderiam garantir a sobrevivência dos “habitats” e também das populações nativas e que as reservas poderiam preservar os modos de vida tradicionais ou diminuir o ritmo das mudanças a níveis mais aceitáveis e controlados pelos moradores locais.

Reafirmaram-se os direitos das sociedades indígenas e sua determinação social, económica, cultural e espiritual, recomendando-se aos responsáveis pelo planeamento e maneo das áreas protegidas que respeitassem a diversidade dos grupos étnicos e utilizassem suas habilidades. As decisões de maneo deveriam ser conjuntas com as autoridades, considerando-se a variedade de circunstâncias locais. Dessa forma questionou-se definitivamente a visão romântica das áreas de preservação como paraísos protegidos, um dos ideais norteadores da criação dos Parques Nacionais (Machel, 2014).

No III e IV Congressos dos Parques Nacionais (1982), que olham para áreas de conservação respeitando as populações nativas, pois estas são dotadas de conhecimentos seculares sobre ecossistemas onde vivem, rejeitando estratégias de reassentamento em outras áreas e a possível inserção nas áreas de parques a serem criadas. Esta perspectiva diz ainda que as unidades de conservação só teriam sentido se considerar a elevação da qualidade de vida da população dos países em vias de desenvolvimento. Estes pensamentos enquadram-se no contexto da criação do Parque Nacional de Limpopo, pois há toda uma necessidade de se elevar a qualidade de vida das pessoas que vivem dentro do Parque mesmo depois da sua transferência (Machel, 2014).

2.2.Reassentamento

O conceito de reassentamento populacional vem sendo abordado por vários autores, governos e agências internacionais como uma estratégia para resolver situações causadas por desastres e calamidades naturais, crises políticas e desenvolvimento económico e social. No entanto, não existe um consenso claro sobre o seu significado. A conotação ideológica que perpassa este conceito faz com que haja diversas e mesmo contraditórias interpretações sobre possíveis significados (Machel, 2014).

Segundo MOPH (2013), reassentamento é entendido como a deslocação ou transferência da população que tenha perdido seus bens pelas enxurradas, de um ponto do território nacional para o outro, dando a necessidade de restauração ou criação de condições idênticas ou acima do padrão da vida anterior.

Para o nosso trabalho usaremos a definição de Magano (Sd) pois traz pontos que achamos pertinentes na realização da nossa pesquisa, tais como o acesso a um conjunto de serviços e bens públicos que a sociedade precisa para atingir os níveis básicos de bem-estar. Sendo que o nosso

trabalho preocupa-se em analisar as estratégias de integração dos indivíduos no novo espaço habitacional, consideramos a definição da autora mais adequada.

Historicamente, o termo reassentamento tem sido usado principalmente para cobrir a ideia de pessoas voltando para uma área onde eles tenham vivido, ou deveriam ter vivido anteriormente (OED, 1989 in Da Silva, 1993), citada por Chiure (2014).

Belshaw (1964), citada por Machel (2014) descreve-o como um projecto envolvendo a transferência planificada e controlada da população de uma área para outra. Para Chambers (1969), citada por Machel (2014) reassentamento é caracterizado por duas formas, primeiro por um movimento de população, segundo por um elemento de planificação e controlo.

A política de conservação define reassentamento como sendo a transferência de pessoas e agregados familiares, a sua residência e demais bens de um lugar para um lugar alternativo e a reconstrução dos seus meios de vida num patamar igual ou superior ao anterior no âmbito de um projecto de desenvolvimento cuja implementação é incompatível com a continuação da permanência dos visados no seu lugar de residência original (BR, Resolução nº 63/2009).

Do ponto de vista das agências internacionais, muito em particular o Banco Internacional de Desenvolvimento (BID), e o Banco Mundial, houve uma evolução conceptual sobre o reassentamento durante a década de noventa. Passou-se a considerar reassentamento a todas as perdas económicas e sociais resultantes da expropriação e/ou restrição a acções, e não apenas a realocação física (Banco Mundial, 2004, Machel, 2014).

2.3.Reassentamentos em Moçambique

Em Moçambique, durante o período colonial, foram construídos assentamentos rurais nas áreas de plantações para acomodar *farmeiros* imigrantes de Portugal. Moçambicanos foram forçados a viver em volta das plantações para servir como mão-de-obra (Da Silva 1992), citada por Machel (2014).

Outro tipo de reassentamento foi o de aldeamentos, onde o regime português reagrupou famílias dispersas para fins estratégicos e a fim de desenvolver as áreas rurais Araújo, (1985), citada por Machel (2014). Estas estratégias de reassentamento rural foram desenhadas para o controlo militar e social e para afastar-lhes das actividades da FRELIMO (Brochmann, 1990, in Da Silva

1992), citada por Machel (2014). No início de 1974 as autoridades tinham assentado perto de um milhão de moçambicanos em seiscentas vilas.

As vilas foram também criadas para milhares de desalojados, forçados a se deslocar das suas casas inundadas com a construção da Barragem de Cahora Bassa, construída entre 1969-1975, no rio Zambeze, no centro de Moçambique. A mesma situação aconteceu em 2007 aquando da reabilitação da Barragem de Massingir, na província de Gaza, onde aproximadamente seiscentas famílias foram obrigadas a deslocar-se das suas residências para permitir o funcionamento normal da barragem. Da Silva, (1992), citada por Machel (2014).

Ainda segundo esta autora a criação das aldeias e o processo de reassentamento que acompanhou o surgimento destas aldeias envolveu custos económicos consideráveis. Além de produção colectiva, os reassentados tiveram que trabalhar em construção de infra-estruturas sociais e económicas como, estradas, escolas, latrinas, poços, etc. O reassentamento também significou perdas económicas substanciais como, tempo de trabalho, recursos materiais e investimento de capital. Os camponeses foram confrontados com as despesas de limpar e preparar os campos e construir casas novas e deixar para trás seus cemitérios e árvores de frutas como, coco, manga, cajú, mafurra, que representavam recursos importantes para as suas economias. A distância entre as residências na zona de reassentamento e as áreas agrícolas era muito grande, aumentando, assim, o tempo de viagem e o nível de perdas de colheita por pássaros e animais.

Este último factor não teria existido se as áreas agrícolas estivessem localizadas perto das suas casas (Roesch, 1986) citada por Machel (2014). A quantidade de espaço disponível para cada agregado familiar era menor do que o anterior e este aspecto transformou o estilo de vida para aqueles com famílias estendidas ou polígamas, pois nas zonas de origem o chefe de família tinha a sua casa apenas para ele e a esposa, os filhos dormiam numa casa separada e, onde tinha mais do que uma mulher, cada esposa tinha a sua casa.

Os aldeamentos trouxeram mudanças importantes nos padrões culturais tradicionais e na organização social dos camponeses. No entanto, apesar das alterações negativas, a vida comunal das aldeias trouxe importantes benefícios sociais, como o fornecimento de água, a construção de

escolas e centros de saúde, a formação de agentes de saúde comunitários e parteiras tradicionais e parques infantis da comunidade (Da Silva, 1992), citado por Machel (2014).

Onde os aldeamentos já existiam, esses foram simplesmente convertidos em aldeias comunais. Frequentemente, eram localizados e planeados sem consulta prévia aos residentes locais ou seus líderes tradicionais (Vines, 1992) citado por Machel (2014) e sem condições adequadas para a sobrevivência.

Outro tipo de reassentamento derivou da “operação produção”, o maior reassentamento forçado do governo. Este foi iniciado em 1983 e o seu objectivo era forçar os desempregados e potenciais criminosos a saírem das cidades para as terras produtivas e providenciar mão-de-obra sazonal para as plantações nas províncias nortenhas de Niassa e Cabo Delgado, que apresentavam baixas densidades populacionais. Estimativas de número de pessoas transferidas das cidades rondam os 50000 (Vines, 1992) & Machel (2014). A “operação produção” foi seguidamente abandonada porque as populações urbanas não aceitaram trabalhar nas plantações.

Estas experiências ilustram muitos problemas de reassentamento. Nenhum destes reassentamentos teve em conta as necessidades e desejos das populações que eram forçadas a cumprir por razões políticas. Não havia nenhuma prévia investigação social nem uma simples conceptualização no estabelecimento desses reassentamentos.

Apesar de que as aldeias comunais tiveram como objectivo desenvolver comunidades socialistas, houve falta de suporte do Estado para a economia doméstica dos residentes (Roesch, 1986).

Algumas dessas vilas eram demasiadamente grandes para serem adequadamente servidas pelos serviços de educação, saúde, água e saneamento existentes; haviam problemas relacionados com a distribuição dos rendimentos provenientes da produção comunal e os residentes não podiam produzir nas suas próprias *machambas*. Outro problema era a sua localização sem nenhum estudo sobre a fertilidade dos solos, o que acabou provocando sérias consequências negativas à agricultura e ao ambiente (Araújo, 1987). Apesar da melhoria dos serviços de saúde, água, abastecimento de água e saneamento, os residentes guardam memórias amargas das vilas de reassentamento, porque a sua condição económica não melhorou.

A incapacidade do governo de criar condições capazes de satisfazer as necessidades básicas e as suas expectativas foi um dos factores que determinou o fraco apoio da população à sua colectivização (Roesch, 1986).

Outros assentamentos foram verificados ao longo dos anos, uns por causa da guerra, como já o referimos anteriormente, e outros na sua maioria devido às condições climáticas. Tal é o caso das cheias de 2000, que vitimaram centenas de pessoas no distrito de Chókwè, na província de Gaza, e o caso do Vale do Zambeze, onde se verificaram sucessivos reassentamentos em consequência do risco incessante de cheias, que obrigou ao deslocamento de populações, muitas vezes contra sua vontade, das zonas de risco.

2.3.1. Fases de Reassentamento

De acordo com a teoria de realocação de (Scudder-Colson, 1982), qualquer processo de reassentamento humano legítimo deve passar por quatro fases distintas: exigência/inicial, transição, desenvolvimento potencial e incorporação (Cérnea, 1999). Este modelo centra-se em sistemas sócio-culturais dos reassentados e suas reações comportamentais específicas em cada etapa do processo de reassentamento.

Na primeira fase (exigência), os decisores das políticas formulam planos de reassentamento, muitas vezes sem informar os afectados. Na segunda etapa (transição), os afectados devem aprender sobre seu futuro e destino de reassentamento, porque isso pode estimular os afectados.

O terceiro (desenvolvimento potencial) geralmente ocorre depois que os afectados são fisicamente transferidos e mudados para as novas áreas. Nesta fase, presume-se que os reassentados iniciem o processo de reconstrução da sua economia e de redes sociais. É a fase crítica em que os reassentados exigem assistência para estabelecer as suas bases de subsistência.

A quarta etapa (incorporação) refere-se à integração dos reassentados na zona hospedeira, incluindo nos sistemas de produção e estilo de vida. É a fase em que os representantes dos reassentados são encorajados a posições de liderança da comunidade para que eles se sintam em casa no novo ambiente. Este quadro teórico tende a concluir que reassentamento é considerado bem-sucedido se e somente passou por esses estágios produtivamente (Asthana, 1996; Cérnea, 2000).

Em relação a esta abordagem, Shami (1993), assinala claramente que reassentamento geralmente resulta em apreensões multidimensionais, incluindo fisiológicas, psicológicas e sócio-culturais. As consequências da reinstalação são várias, afectando gravemente, não só às pessoas deslocadas, mas também à comunidade deixada para trás, à comunidade receptora e à sociedade como um todo. (Shami, 1993).

No que diz respeito à natureza inerente à complexidade de reassentamento, De Wet (2004) escreve que o reassentamento muitas vezes impõe forças sobre as pessoas que podem transformar completamente as suas vidas. Ela evoca fortes mudanças no ambiente, nas actividades produtivas, na organização e interacção social e estrutura política. Os vários factores envolvidos no processo de reassentamento, as várias circunstâncias nas quais o reassentamento tem lugar, a relação entre as várias partes interessadas e afectadas e outros, contribuem para a natureza complexa do reassentamento.

Como diz de De Wet (2004), "Cérnea já formulou em sua série de estudos na década de 90, o que ele chamou de "Riscos de empobrecimento e reconstrução" modelo para ajudar na análise e previsão dos riscos associados aos programas de reassentamento". Este processo é construído em torno de três elementos fundamentais: risco, empobrecimento e reconstrução.

De acordo com este modelo, o deslocamento da população pode levar pelo menos oito formas de riscos sócio-económicos: Desemprego, falta de terra, marginalização social (exclusão social), pobreza, insegurança alimentar, perda de acesso aos recursos de propriedade comum, desarticulação da comunidade e/ou aceleração da morbilidade.

Outros pesquisadores, no entanto, parecem expandir o modelo, incluindo outras variáveis de riscos e perdas, como a perda de acesso aos serviços públicos, perda de direitos civis e a perda temporária do acesso à educação para crianças em idade escolar (Downing, 1996).

Alula (2009) tende a argumentar que reassentados mais bem-sucedidos são aquelas famílias em que o chefe é do sexo masculino com bom capital e ligado a uma rede social. Daí, Alula recomenda uma abordagem mais flexível de reassentamento interactivo centrado no Homem, em que se move o reassentado para uma nova área, optando pela formação de melhores provisões de subsistência. Alula (2009) diz que o reassentamento deve ser considerado como parte de uma

estratégia de migração a longo prazo, incluindo uma gama de medidas, créditos e opções para atrair reassentados que são susceptíveis de se tornar um sucesso (Machel, 2014).

2.4. Processo de Reassentamento nas Áreas de Conservação

Diante do processo crescente de exploração dos recursos naturais, surge em 1960 o discurso ambientalista apontando para um conjunto de mudanças institucionais e sociais para conter os efeitos eco destrutivos da racionalidade económica, no sentido de maior protecção da biodiversidade. Ganham força neste discurso as teorias conservacionistas e preservacionistas, com medidas para a conservação dos recursos naturais, a partir da criação de áreas protegidas da intervenção humana (Diegues & Arrunda, 2001).

Os defensores destas teorias (conservacionistas e preservacionistas) argumentam que a criação dos parques vai gerar o crescimento económico especialmente através de um aumento de receitas de turismo e que as comunidades que vivem em áreas adjacentes às áreas de conservação irão beneficiar deste desenvolvimento. A maioria das áreas de conservação, recém-estabelecidas ou não, tem pessoas a viver nelas e que dependem dos recursos naturais dessas áreas para seus meios de subsistência (Cérnea & Schmidt-Soltau 2006).

A actual classificação das áreas de conservação coloca em primeira instância o respeito pelos interesses humanos, ou seja, da população local no centro de planificação e manejo dos recursos naturais e gestão das áreas de conservação em Moçambique, não apenas como parte integrante destas, mas também como actor principal na conservação da biodiversidade e gestão de áreas protegidas.

Apesar de se colocar o respeito e interesses humanos em primeira instância, a política das áreas de conservação em Moçambique diz que nos casos em que as áreas de conservação são de protecção total, as pessoas nelas residentes automaticamente não podem estabelecer direitos de uso e aproveitamento de terra. No caso em que as áreas tenham sido criadas com as pessoas a viverem no seu meio, os residentes, por força da Lei de Terras, automaticamente perdem esses direitos. É o caso das famílias que vivem dentro do Parque Nacional de Limpopo (Resolução nº 63/2009).

Adicionalmente, a mesma política indica que nos casos em que a conservação e a presença de residentes são incompatíveis, é necessário proceder ao reassentamento, que, neste caso, é tido como um instrumento para casos extremos, onde outras soluções não são aplicáveis e pode ter lugar em zonas de protecção total e outras zonas de interesse nacional. Deve se entender que o objectivo principal, para além da separação dos valores a conservar das populações humanas, o reassentamento é tido como um instrumento de desenvolvimento (idem) (Machel, 2014).

O reassentamento nas áreas de conservação traz impactos, que segundo o Banco Mundial (2004), podem ser distinguidos em dois tipos importantes relacionados aos recursos naturais:

- A perda da terra e outros bens;
- A restrição de acesso a parques ou áreas protegidas.

No primeiro caso, o projecto resulta na perda de terra ou outros activos ou meios de subsistência, independentemente se a pessoa afectada é fisicamente deslocada ou não. Pode-se apontar, como exemplo, a criação de uma área legalmente protegida ou a delimitação mais precisa dos limites de um parque existente, que resulta em deslocamento físico das pessoas, perda de abrigo ou outros recursos. A construção de uma barragem que afecte os rendimentos de quem pesca na área e que, posteriormente, esta área é ocupada pela albufeira, mesmo que os pescadores não perca o terreno ou a sua habitação (Banco Mundial, 2004).

Por outro lado, o acesso aos recursos naturais (parques e outras áreas protegidas) é restrito para cumprir com os objectivos da gestão dos recursos naturais ou a protecção da biodiversidade em áreas legalmente protegidas como resultado do projecto.

Os governos e as populações locais reconhecem que devem cooperar na gestão de recursos naturais e da biodiversidade, para assegurar a sustentabilidade dos benefícios derivados deles. Mas as normas governamentais para a gestão de recursos tendem a falhar, a menos que suportadas ou aceites pelas populações locais. Se os recursos naturais são degradados pelo uso excessivo, serão incapazes de atender às necessidades das comunidades. Esta complexa dependência dos recursos naturais e das comunidades, precisa de ser tida em conta na planificação do reassentamento (Banco Mundial, 2004).

2.4.1. Acesso à Terra e Reassentamento

A organização do espaço rural compreende o espaço residencial e o espaço produtivo. Entre estas duas componentes existe uma relação muito íntima de causa-efeito. As reformas económicas que transferem a responsabilidade do Estado na economia para companhias privadas e o mercado, assim como o crescimento de pedidos de ocupação de terra, têm provocado uma série de conflitos de posse de terra com pequenos proprietários. Tal como noutras partes de África, estes conflitos têm-se centrado nos direitos dos pequenos proprietários e comunidades *versus* direitos das novas herdades comerciais (Waterhouse & Vijfhuizen, 2001).

A aprovação da Lei de Terras de 1997 procurou reduzir parte da controvérsia através do reconhecimento do direito costumeiro de uso da terra e da atribuição de certos direitos de uso da terra em Moçambique às comunidades locais. A mesma lei, no seu artigo 13, estabelece que o “processo de titulação do direito de uso e aproveitamento da terra inclui o parecer das autoridades administrativas locais, precedido de consultas às respectivas comunidades, para o efeito de confirmação de que a área está livre e não tem ocupantes”.

Um dos riscos apresentados pelo Banco Mundial (2004) no processo de reassentamento é o acesso à terra. A necessidade do acesso à terra para a produção, pastagem e outras actividades. O acesso a recursos naturais como combustível para cozinha e iluminação e material de construção.

O estudo publicado pela Justiça Ambiental e União Nacional de Camponeses em Março de 2011, “Os Senhores da Terra”, mostra que apesar de o processo de consultas para a ocupação da terra pelos investidores proporcionar uma oportunidade de envolvimento das comunidades na implementação dos projectos de desenvolvimento, estas continuam numa posição de não questionar os potenciais impactos e desvantagens dos projectos a longo prazo, deixando-se levar pela perspectiva de curto prazo apresentada, como a geração de emprego. Em muitos casos, apenas as elites locais são envolvidas no processo de consulta.

Este risco que as comunidades correm no processo de reassentamento contribui para o aumento da insegurança alimentar, na medida em que a população reassentada tem perdido maior parte das suas terras de cultivo. A produção das famílias reassentadas em alguns casos tem reduzido

significativamente. Para além da redução da produção, verifica-se ainda a incompatibilidade das novas áreas de cultivo em relação à prática da agricultura e pastagem. As áreas indicadas aquando da implementação do investimento para a prática da agricultura não são produtivas, o que faz com que as comunidades procurem outros meios de sustento, por vezes, não tão rentáveis como as anteriores e em alguns casos passando fome (Justiça Ambiental, 2011).

O caminho simples para minimizar o reassentamento é desenhar projectos que minimizam a aquisição de terra e o número das pessoas afectadas pela perda de terra, pela realocação física ou pela interrupção das suas actividades de geração de rendimentos. Uma série de factores económicos, técnicos e outros devem também ser considerados, visto que a aquisição de terras e reassentamento são muitas vezes impossível de evitar por completo (IFC, 2001).

A experiência do Banco Mundial mostra que dois pontos merecem atenção em alcançar um equilíbrio entre acomodar iniciativas de projectos e evitar danos a pessoas potencialmente afectadas.

Primeiro, porque a gravidade dos impactos do reassentamento pode variar tremendamente. Senão vejamos, alguns projectos (reabilitação de estradas existentes, os projectos lineares por exemplo) podem afectar apenas algumas pessoas e de forma ténue. Outros, como a construção de barragens ou a implementação de uma área agrícola, podem arrancar comunidades inteiras, forçando-as a restabelecer vidas em ambientes desconhecidos que são menos favoráveis do que aqueles que deixaram para trás. Porque os impactos mais graves são também os mais difíceis e caros para mitigar, minimizar ou evitar, nos impactos potencialmente mais graves muitas vezes é mais importante do que focar apenas em minimizar o número total de pessoas afectadas ou a quantidade de terras adquiridas.

O segundo ponto é que minimizar ou eliminar a aquisição de terras nem sempre pode minimizar ou eliminar impactos adversos. As pessoas não devem ser autorizadas a usar ou ocupar terras ou estruturas se tal constituir um perigo para si ou para outrem (Banco Mundial, 2001).

2.4.2. Cultura

De acordo com Taylor (1869), Martinez (2009) & (Amaral, 2019), “a cultura é conjunto complexo que inclui conhecimento, crenças, arte, moral, leis, costumes e várias outras aptidões e hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade ” . Por outro lado, Dias (2010, p. 50) afirma que “cultura é sistema de ideias, conhecimentos, técnicas e artefactos de padrões de comportamento e atitudes que caracteriza uma sociedade.

Portanto, percebe-se que a cultura é um conjunto de valores e hábitos de uma determinada sociedade. A cultura é aprendida pelo homem como membro de uma sociedade.

Uma sociedade identifica-se pelos valores, pelo seu passado e tradição. Possui em si expressões criativas, estilo de vida hábitos e seus costumes ligados ao seu meio físico (Smith, 2010).

Já Keesing (1974) & (Machel, 2014) “considera cultura como um sistema adaptativo, como padrões de comportamento socialmente transmitidos que servem para adaptar as comunidades humanas ao seu modo de vida (tecnologias, modo de organização económica, padrões de agrupamento social, organização política, crenças, práticas religiosas). Para ele, a cultura é uma lente através da qual o Homem vê o mundo (pessoas de culturas diferentes usam lentes diferentes e, portanto, têm visões distintas das coisas). O facto de que o Homem vê o mundo através de sua cultura tem como consequência a propensão em considerar o seu modo de vida como o mais correcto e o mais natural (isso é denominado etnocentrismo), depreciando o comportamento daqueles que agem fora dos padrões de sua comunidade discriminando o comportamento desviante”.

2.4.3. Integração Social

Fontes, (2010), define integração como sendo um processo que abrange dois modelos de actuação distintos, nomeadamente: o modelo da acomodação e o modelo da assimilação. Para este autor, o modelo da acomodação consiste no processo que procura coabitar numa única sociedade as duas culturas em questão (cultura de origem e cultura de acolhimento); e o modelo

da assimilação consiste numa escolha cultural, onde o imigrante é levado a adoptar a cultura praticada no local de acolhimento em detrimento da sua cultura de origem.

Magano (2008) & (Bacela, 2017), definem integração como sendo “um processo de participação dos indivíduos na Sociedade pela actividade profissional, aprendizagem das normas, consumo material, adopção dos comportamentos familiares e culturais, as trocas e a participação nas instituições comuns”. A concepção dos autores remete-nos a ideia de que nem todos se conformam com as normas assentes numa determinada sociedade, mas a questão do processo de integração permite ao indivíduo tomar em consideração as estratégias de aquisição do “*eu*” como forma de ajustamento aos outros.

Segundo Pires, (2012) em sociologia, o termo integração é usado com um sentido semelhante para designar o conjunto de processos de constituição de uma sociedade a partir da combinação das suas componentes, sejam elas pessoas, organizações ou instituições. Essa combinação nunca está concluída, podendo qualquer sociedade colapsar por separação das partes que a constituem.

No plano social, integração é o modo como indivíduos autónomos são incorporados num espaço social comum através dos seus relacionamentos, isto é, como são constituídos os laços e símbolos de pertença colectiva.

2.4.4. Dimensão Simbólica

A dimensão simbólica fundamenta-se na ideia de que é inerente aos seres humanos a capacidade de simbolizar, que se expressa por meio das diversas línguas, valores, crenças e práticas. Toda acção humana é socialmente construída por meio de símbolos que, entrelaçados, formam redes de significados que variam conforme os diferentes contextos sociais e históricos. Nessa perspectiva, também chamada antropológica, a cultura humana é o conjunto de modos de viver, que variam de tal forma que só é possível falar em culturas, no plural (Sa, 2009).

No livro a “Interpretação das culturas” Clifford James Geertz analisa, interpreta e estabelece uma abordagem dos fenómenos culturais na óptica da simbologia, ou seja, para ele o universo da cultura forma um sistema simbólico que considera cultura um conjunto ordenado de símbolos e signos com significados transmitidos e incorporados historicamente nas sociedades, a partir de

códigos, leis, tradições, imposições, apropriações e reapropriações, frente ao jogo das relações de poder entre as distintas classes sociais.

Para Geertz (1989) & (Bacela, 2017), tais símbolos assim reflectem as produções culturais. As suas orientações teóricas e metodológicas como antropólogo centram-se na linha etnográfica na qual a acção do homem nos campos da arte, religião, ciência e leis é o ponto crucial de onde parte suas reflexões e considerações sobre o aspecto cultural que ele denomina nas situações concretas. Segundo Geertz (1989), são nestas situações que residem às particularidades e o entendimento do sentido das situações.

3. MATERIAIS E MÉTODOS

3.1. Descrição da área de estudo

O Distrito de Massingir localiza-se, geograficamente, ao Noroeste da Província de Gaza e faz limite ao Norte com o Distrito de Chicualacuala, ao sul com o Distrito de Magude, Província de Maputo, a Este com os Distritos de Mabalane e Chókwè e a Oeste com a Republica Sul-africana. Liga-se com a capital da província e o resto dos distritos através da estrada asfaltada ER445. A comunidade de Chitar localiza se no posto administrativo de Zulo no distrito de Massingir. O posto administrativo de zulo conta com cerca de 8763 de habitantes (PMD,2013).

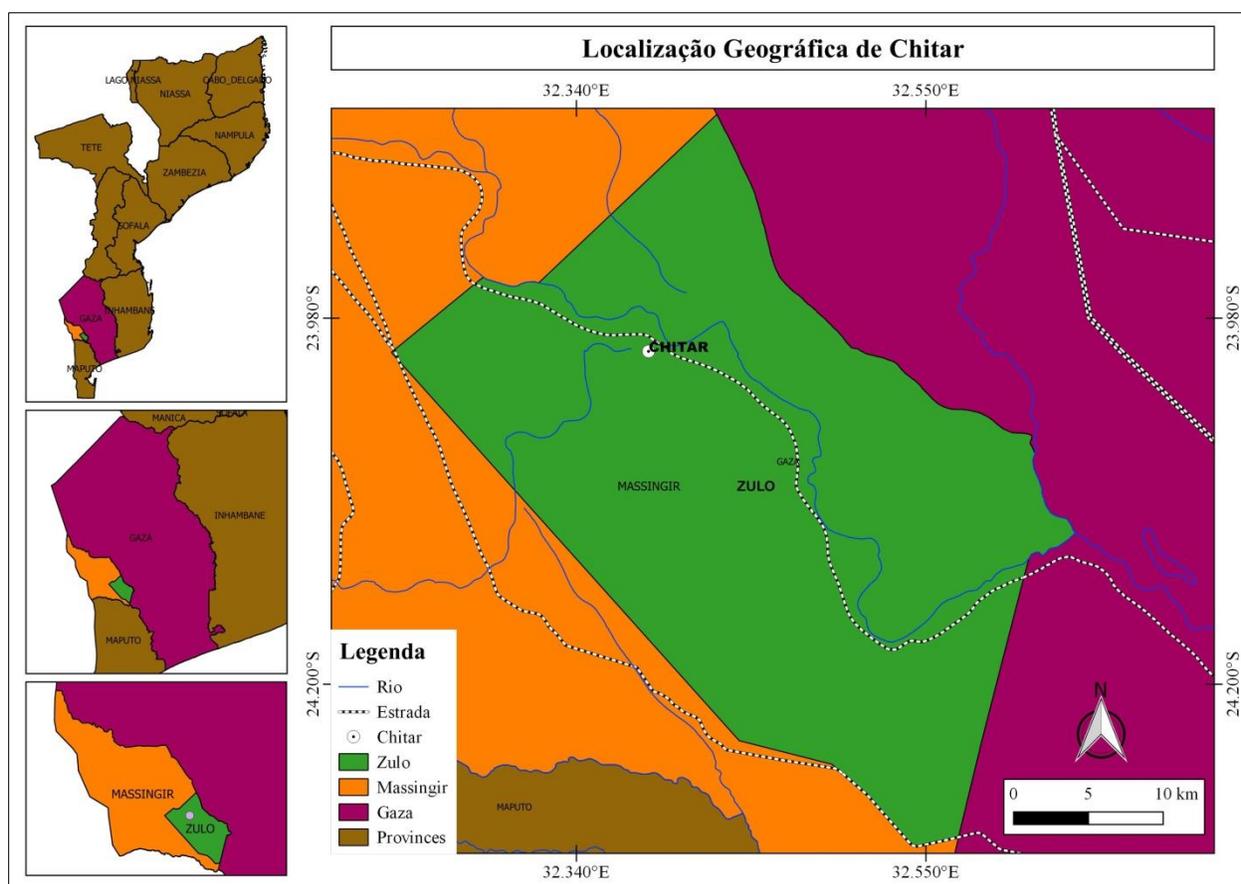


Figura 1: Mapa de Localização do local de estudo na Comunidade de Chitar

Adaptado (Autor).

3.2.Clima e Hidrografia

O clima do distrito é dominado por zonas do tipo semiárido seco, com temperaturas médias anuais de 30° C e precipitações de 600 mm, com uma evapotranspiração potencial de referência (ETo) geralmente superior a 1500 mm (MAE, 2014).

3.3.Relevo e solo

Os solos são predominantemente arenosos nas zonas altas e pedregosas no interior do PNL, Reservas e Parte do Posto Administrativo de Zulo, encontrando-se também extratos de solos hidromórficos (vulgo machongos), sob influência dos rios dos Elefantes e Mazimulhe. A zona interior é caracterizada pela ocorrência de solos delgados e característicos da cobertura arenosa de espessura variável (MAE 2014).

3.4.Vegetação

As florestas do Distrito de Massingir são caracterizadas pela existência de Chanatse (*Colophospermum mopane*), Canhoeiro (*Sclerocarya birrea*), Tso-Tso (*Guibourtia conjugata*), Umbesso, Xikukutse ou Xivondzoane (*Combretum Apiculatum*), Micaia, etc. Estas espécies são usadas com abundância na produção de carvão vegetal e lenha (Chanatse) bem como na construção. Existem em pequenas quantidades manchas de mondzo, sândalo (*Santalum álbum*), vumaila (*kirkia acuminata*) e com qualidade para madeira.

Ao longo das margens do Rio existem no Distrito prática de agricultura, a vegetação é constituída maioritariamente por pradaria arborizada, com algumas manchas de Mondzo, vumaila dispersas de floresta baixa medianamente densa. Outras espécies de árvores comuns que ocorrem no Distrito de Massingir incluem o Canhoeiro (*Sclerocarya birrea*), esta na zona alta do Distrito predomina a vegetação do tipo arbustiva e arbórea com ótimas condições para actividade agro-pecuária destacando-se a criação pecuária (MAE, 2014).

3.5. Atividades Sócio-Cultural

As principais atividades culturais do distrito são macuaela macuai, singomana e macesse.

Existe dois locais históricos, a vala comum de Tchaque e um centro arqueológico, com sinais do Homem da idade da pedra.

A cerimonia tradicional kutchinga e uma das mais usada para a purificação das viúvas, praticas estas que podem afluir o aumento da transmissão do HIV/SIDA. Outro aspeto que também pode concorrer para a demanda e distribuição das doenças e a prática da poligamia.

A tomada de decisões do agregado familiar é empossa pelo homem (o chefe do agregado familiar). Como os casamentos dos filhos, sendo que recorre se a pratica do lobolo. Na atualidade, o *lobolo* é feito tanto em espécie como em dinheiro. A forma mais comum é em espécie, distinguindo a entrega do gado bovino.

No que diz respeito aos padrões de consumo, as populações alimentam-se basicamente de milho e verduras. Apesar de serem maiores criadores de gado bovino e caprino, raras vezes os consomem (Governo do distrito de Massingir, 2010).

3.6. Materiais

No quadro abaixo esta apresentada a lista de materiais usados na execução do trabalho e as suas respectivas funções ao decorrer das actividades:

Quadro 1: Matérias usadas para a realização do trabalho.

Material	Função
1 Ficha de registo (questionário)	Para o registo de dados
2 Máquina fotográfica	Para obter imagens do que se sucede no local de estudo
3 Microsoft Excel 2016	Para o processamento de dados

3.7. Métodos

Para o levantamento dos dados do grupo alvo foram abrangidos 142 indivíduos. Foi aplicado uma amostragem não probabilística (amostra por conveniência). Para Gil (2008) nestes tipos de amostragem, o pesquisador seleciona os elementos a que tem acesso, admitindo que estes possam, representar o universo.

A realização das entrevistas teve como base um guião construído tendo como fundamento aos objectivos do trabalho. As entrevistas foram feitas no Parque Nacional de Limpopo, na comunidade de Bingo (comunidade a ser reassentada) onde reside cerca de 225 famílias e na comunidade de Chitar (comunidade anfitriã) onde reside cerca de 23 famílias. Deste modo as comunidades contribuiriam abundantemente para o fornecimento de dados que considerou-se pertinente para a seguinte pesquisa. O trabalho do campo realizou-se no mês de outubro no ano 2021.

Foram convidado os indivíduos a fazerem parte do estudo depois de ter sido explicado os objectivos e sua natureza, pelo que não enfrentou-se nenhuma dificuldade em conseguir as informações. As entrevistas foram gravadas com o consentimento de cada entrevistado e com o prévio esclarecimento da sua finalidade. A gravação das entrevistas tinha como objectivo a recapitulação da informação durante o processo da análise de dados. Para além de serem gravadas, foram também transcritas em cada guião de entrevista.

3.7.1. Análise estatística

Para o tratamento da informação recolhida através dos inquéritos por questionário aplicados, recorreu-se a uma análise estatística descritiva (as medias e as percentagens). Esta foi realizada com recurso a planilha electrónica Microsoft Office Excel 2016, tendo-se procedido à, descrição, interpretação e análise dos dados numéricos através da criação de gráficos.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1. Caracterização sócio demográfica dos inquiridos

O estudo socio demográfico no reassentamento é importante pois é fundamental na análise dos padrões populacionais de uma determinada localidade, a partir dela, é possível identificar e analisar as características da população local. Sendo assim, a demografia é o principal mecanismo de informação sobre a população. Essas informações permitem a melhor compreensão de certas características básicas de um público, como idade, etnia, renda, situação financeira, estado civil etc.

De modo a perceber o perfil socio demográfico dos inquiridos foram gerados gráficos, tendo como base as seguintes variáveis: idade, sexo, estado civil, ocupação/profissão, nível de escolaridade e religião, que foram seleccionadas em função da influência que possam ter sobre o fenómeno que incide o trabalho como forma de perceber a sociodemográfica da comunidade a ser reassentada como se verifica nas figuras abaixo.

4.1.1. Distribuição dos inquiridos por Sexo e Idade

Tal como ilustram os gráficos abaixo, cerca de 68% dos entrevistados são do sexo masculino e 32% são do sexo feminino. Quanto a faixa etária, com base no gráfico, constatou-se que varia de 25 aos mais de 45 anos, dos quais todos em idade activa.

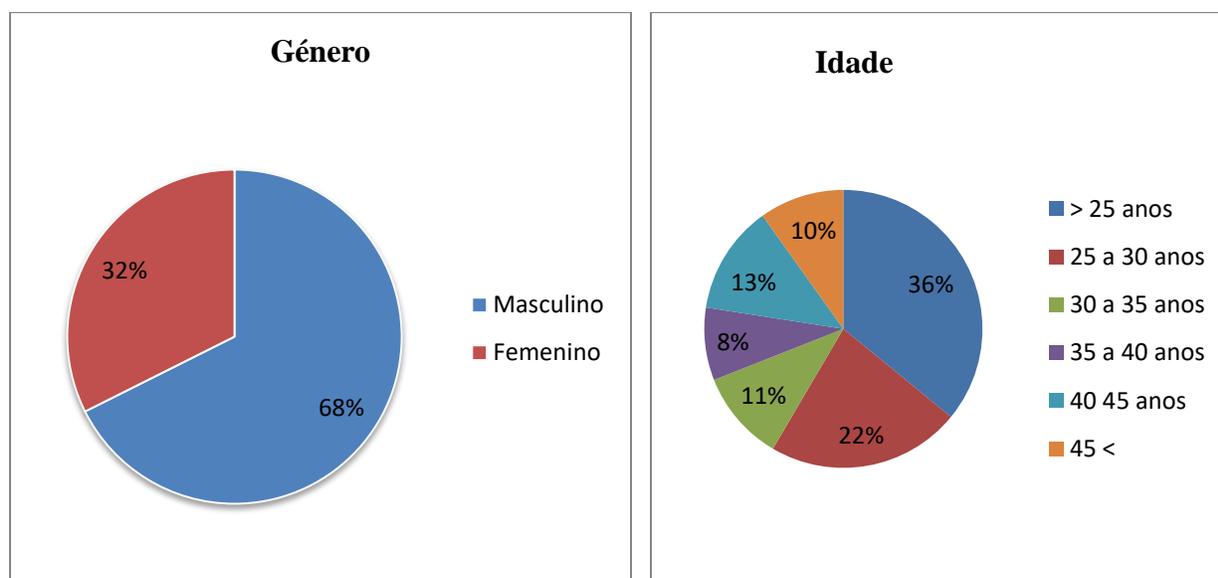


Figura 2: Distribuição quanto ao género e idade

O facto de a maioria dos inquiridos serem do sexo masculino, como mostra o gráfico, deve se ao facto de, naquela região, os assuntos relacionados a interesses familiar serem respondidos pelos chefes dos agregados familiares (homens). Para Chiúre (2019),o maior número dos entrevistados foram do sexo feminino devido ao alto índice da emigração dos jovens e homens para o país vizinho à procura de oportunidade de emprego.

4.1.2. Estado Civil e Habilitação Literária

Os dados sobre o estado civil (gráfico 3), demonstram a existência de quatro categorias, que são as de solteiro, casado, união de facto e viúva. Notou-se que a categoria união de fato é a mais representada dentre os nossos interlocutores, tendo um total de 39%. A segunda mais representada é a categoria casado com um total de 28%, a categoria de solteiro é representada por 24% e viúvas por 9%. E no que taje aos níveis escolaridade, identificou-se que todos os entrevistados não frequentaram o nível médio e nem superior, sendo que os indivíduos com o nível mais avançado interromperam os estudos na 10^a classe. A maior parte dos entrevistados (56%) não tiveram a oportunidade de frequentar a escola. Como mostra o gráfico 4.

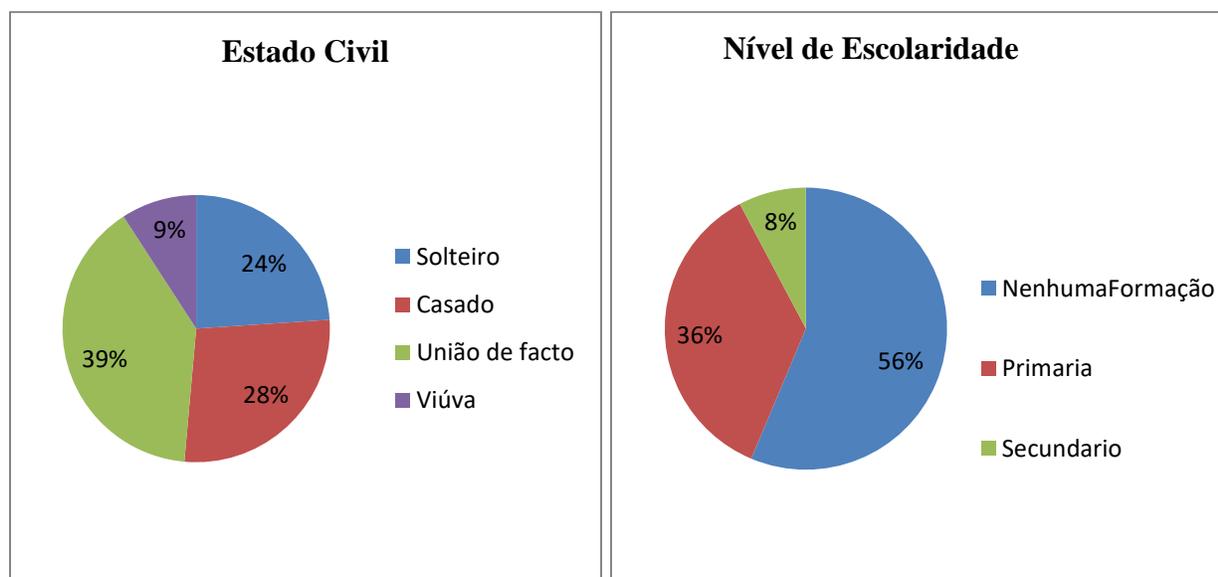


Figura 3: Demonstração do estado civil e o nível de escolaridade da comunidade a ser reassentada

Importa referir que o casamento civil não tem um papel relevante nas comunidades rurais do Norte da província de Gaza, especificamente na zona do PNL, sendo que é mais privilegiado o casamento tradicional, denominado *lobolo*, que consiste na entrega pela família do noivo à da

noiva, de certos valores monetários ou em espécie, sendo que, segundo o Governo do Distrito de Massingir (2010), a forma mais comum de lobolo é por meio do gado bovino. Esta forma de casamento à luz do código civil é considerada uma união de facto.

A falta de aderência às escolas deve-se ao facto da elevada ocorrência dos casamentos prematuros o que nos leva a ter maior percentagem de união de fato o vulgo lobolo, e a prática de actividades de pastagem, associados à falta das infra-estruturas de educação. Chiúre (2019) , defende que a falta de escolaridade é susceptível de originar situações de vulnerabilidade e condições de pobreza, uma vez que estas pessoas têm menos possibilidades de encontrar um emprego estável, e até mesmo pessoas sem algum nível de escolaridade, podem ter mais dificuldades para conceber ideias e iniciativas com vista a aproveitar os recursos que possam existir localmente, e desenvolver actividades de geração de rendimentos.

4.1.3. Distribuição dos inquiridos por profissão e pelo grau de satisfação na iniciativa do projecto reassentamento

Quanto à ocupação ou profissão, em função da leitura que se fez dos dados recolhidos, de acordo com o gráfico 5 em termos de ocupação verificou-se que, 82% são camponeses, 11% são mineiros, 7% são pedreiros. E Quanto a proposta do novo espaço a maioria dos entrevistados mostraram-se satisfeitos 64%, 27% dos entrevistados acham a proposta menos boa e 9% afirmam que a ideia do reassentamento em novo espaço ser uma péssima ideia.

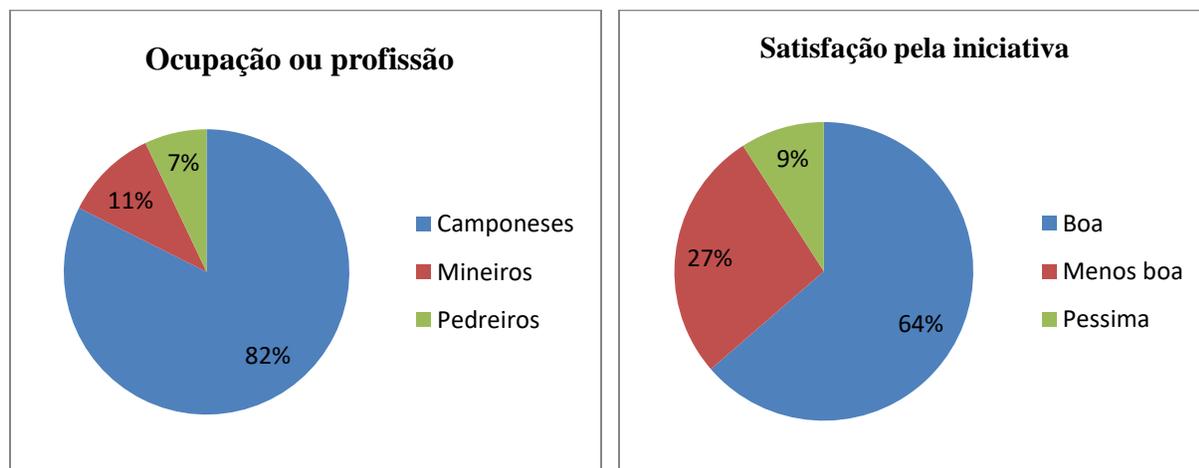


Figura 4: Ocupação profissional e satisfação da iniciativa do reassentamento

O emprego da população local é no geral muito limitado e há poucas actividades de geração de rendimentos na região, razão pela qual muitos jovens do sexo masculino e homens migram para RSA e Maputo a procura de trabalho (Ministério do Turismo, 2003).

Embora todos apresentem um baixo nível de escolaridade, que segundo os mesmos deve-se a falta de oportunidades para terminar o ensino médio e dificuldades económicas, o que faz com que a maior parte deles desempenhe a função de camponeses para garantir o sustento das suas famílias.

Pode-se considerar que de uma forma geral, os inquiridos estão satisfeitos com a existência do projecto de reassentamento, pois o reassentamento pode contribuir na melhoria da qualidade de vida. Não se devendo, porém, ignorar a percentagem dos que estão insatisfeitos. Para esta insatisfação podem ter contribuído, entre outros, os seguintes fatores: os conflitos decorrentes da coabitação e do uso dos recursos naturais, que por sua vez poderão deixar de ter o direito do uso dos mesmos. Para Chiure (2019), o facto de existirem alguns insatisfeitos é devido algumas praticas feitas dentro da área de conservação (a caça furtiva).

4.1.4. Participação das comunidades na tomada de decisão

Em relação à questão da participação das comunidades no processo decisório, há alguma diferença na opinião dos inquiridos. Olhando para aquilo que são os números apresentados no gráfico abaixo, estes revelam que 80,99% (115) dos inquiridos considera que a comunidade esta envolvida no processo decisório, enquanto 19,01% (27) consideram que não é envolvida na tomada de decisão.

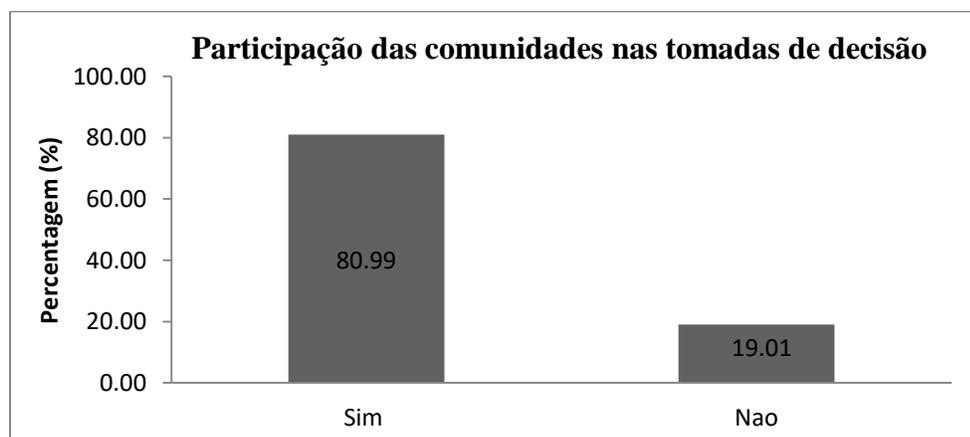


Figura 5: Participação das comunidades nas tomadas de decisão

Considerando que a maioria dos inquiridos respondam que as comunidades participam no processo decisório, pode-se assumir que, embora de forma não completamente satisfatória, como se explicita abaixo, o Parque procura envolver as comunidades locais no processo decisório. De referir que o estudo decorreu numa altura em que ocorriam certos conflitos entre as partes, que provocavam tensão na comunidade.

Outro aspecto relevante, relativo a este assunto, obtido através das conversas apontam para o maior envolvimento das comunidades em assuntos ligados a gestão dos fundos das receitas, pois neste aspecto, elas são completamente autónomas, porém, decisões importantes relacionadas com a gestão do parque como tal, poucas vezes as comunidades são incluídas (Chiúre, 2019).

4.2. Impacto Sociocultural às famílias a serem Realocadas / Reassentadas

4.2.1. Constrangimentos culturais que podem advir durante e após o processo de reassentamento

De modo a verificarmos os possíveis constrangimentos na realocação da comunidade de Bingo, apresentam-se os constrangimentos pelos quais a comunidade a ser reassentada passaram durante o processo de reassentamento na comunidade de Chitar, tendo em conta aspectos de carácter cultural. Através dos depoimentos que se seguem foi possível verificar que os entrevistados, para o processo de reassentamento, estão enfrentando dificuldades em abandonar os seus espaços. Essas dificuldades ocorreram, devido ao grande valor cultural que o espaço tem. Alguns indivíduos têm em suas residências, árvores ou cabanas que se realizam cultos, cerimónias e missas tradicionais. Conforme ilustram os depoimentos que se seguem.

“ (...) O processo de mudança será difícil apesar dos problemas que estamos enfrentando aqui. Nós temos duas árvores na nossa casa que tem um grande valor simbólico para nós. É debaixo delas que realizávamos cerimónias ligadas aos nossos antepassados, onde pedíamos a protecção da nossa família e onde resolvíamos os problemas familiares...” (Henriques).



Figura 6: Casa de um dos entrevistados

“ (...) Neste espaço temos uma cabana ao lado da casa principal, que foi construído pelo meu falecido avô. É nessa cabana que a nossa família realizava cerimónias, rituais e cultos. Tínhamos uma ligação muito forte com aquele espaço...” (Laura).



Figura 7: Cabana de adoração espiritual



Figura 8: Machamba dentro da comunidade de Bingo

“ (...) *Aqui nos temos machambas e terras arável próximo das nossas casas, para abertura destas áreas foi preciso muito esforço e trabalho e não só, perdi o meu marido e filho nestes locais, em cada final de semana vou a campo para fazer limpeza. Ir em um novo espaço distante deles será um desafio...*” (Lurdes).

Como se pode verificar através dos depoimentos apresentados acima, as famílias a serem realocadas, durante o processo de realocação da comunidade de Bingo, tiveram constrangimentos no que diz respeito aos aspectos culturais.

“Hoje em dia, quando se fala de cultura, fala-se basicamente de quase tudo aquilo que é adquirido socialmente pelos indivíduos. Ou seja, fala-se do conjunto de atitudes, de valorações, de comportamentos, de hábitos, de formas de fazer e, ainda antes disso, de formas de classificar, de catalogar dentro da nossa cabeça aquilo que está à nossa volta, para que faça sentido. Fala-se também de emoções. Fala-se, portanto, de formas de apreender o mundo, de formas de pensar e de sentir o mundo, de formas de agir relativamente ao mundo” (Bacela, 2017).

Verificou-se que a maior parte dos entrevistados estão a enfrentar muitas dificuldades em abandonar o espaço devido às ligações simbólicas e espirituais, que estes indivíduos construíram

com o mesmo. Sendo que estas ligações não podem ser transportadas fisicamente de um espaço para outro.

Verificou-se que não se trata apenas de voltar a construir as cabanas ou de voltar a plantar árvores, estes bens tem um grande valor simbólico e espiritual, pois conectam estes indivíduos aos seus antepassados, que segundo eles, são quem os protegem. Tendo em conta o pensamento de (Grango, 2006), constatou-se que os aspectos culturais não estão ligados apenas as cabanas, machambas ou árvores em si, mas sim, trata-se de emoções, de valores, de hábitos, da forma como estes indivíduos apreendem o mundo, da forma de pensar, sentir e agir relativamente ao mundo e trata-se da conexão espiritual que desenvolveram com o espaço. Essa conexão não pode ser rompida de um momento para o outro.

Este risco que as comunidades correm no processo de reassentamento contribui para o aumento da insegurança alimentar, na medida em que a população reassentada tem perdido maior parte das suas terras de cultivo. A produção das famílias reassentadas em alguns casos tem reduzido significativamente. Para além da redução da produção, verifica-se ainda a incompatibilidade das novas áreas de cultivo em relação à prática da agricultura e pastagem. As áreas indicadas aquando da implementação do investimento para a prática da agricultura não são produtivas, o que faz com que as comunidades procurem outros meios de sustento, por vezes, não tão rentáveis como as anteriores e em alguns casos passando fome (Justiça Ambiental, 2011).

Os entrevistados demonstraram que não se sentiriam bem no novo espaço sem a existência dos bens que eles consideram sagrados. Desta forma, houve uma necessidade por parte dos indivíduos a serem reassentados, de se criar estratégias, tendo em conta esses constrangimentos, que os ajudaram a integrar-se melhor no novo espaço e a manter as ligações simbólicas que construíram no antigo espaço. Porém, as estratégias accionadas não substituíram a ligação espiritual que eles têm com o espaço, isso faz com que os indivíduos se sintam ligados espiritualmente ao novo espaço.

4.3. Estratégias de integração dos indivíduos a serem reassentados no novo espaço habitacional

De modo a analisar as estratégias de integração accionadas pelos indivíduos a serem reassentados, tendo em conta as relações sociais com a comunidade em que serão inseridas e a relação entre as actividades culturais praticadas no espaço de chegada e as que praticam no espaço actual (Bingo). Os depoimentos colhidos pelos entrevistados ilustram três tipos de estratégias: existem os indivíduos que querem dar continuidade às práticas tradicionais realizadas no espaço actual, indivíduos que querem dar continuidade às práticas religiosas e por outra existem os indivíduos que querem adoptar os hábitos culturais da população nativa.

4.3.1. Continuidade das práticas tradicionais

Como forma de avaliar a continuação das práticas tradicionais a serem realizados pelos indivíduos a ser reassentados no novo espaço habitacional. Foi gerada um gráfico de modo a saber sobre a continuidade das práticas tradicionais no novo espaço habitacional, como mostra a figura 9 abaixo.

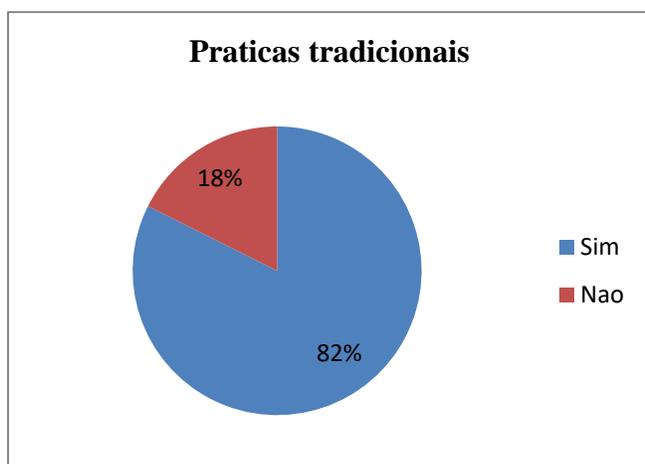


Figura 9: Continuidade das praticas tradicionais

Por meio dos depoimentos dados pelos entrevistados, verificou-se que 82% afirmam que para superar os constrangimentos durante o processo de reassentamento, tendo em conta os aspectos tradicionais, será necessário realizar uma cerimónia para pedir que os antepassados abençoassem a nova residência, onde se deve construir uma nova cabana onde passaram a realizar as

cerimónias e cultos como fazem no espaço actual e 18% dos mesmos não vem a necessidades de construções de novas cabanas no novo espaço.

Observou-se que os indivíduos sentem uma necessidade de dar continuidade às práticas tradicionais que tem realizado no espaço actual e desta forma manter a ligação espiritual com os seus antepassados e com as práticas tradicionais. Porém essas práticas sofreram algumas alterações devido ao novo contexto em que os indivíduos a serem reassentados se encontram, o novo espaço tem as suas próprias normas e regras que devem ser seguidas.

Os dados confirmam com evidências empírica em vários locais de Moçambique que mostram que o projecto de reassentamento exercem um impacto negativo sobre as populações em termos sociocultural e do custo de vida. Estas constatações foram também tiradas em Tenga. Kiambo (2017) e André e Manuel (2016).

Os depoimentos obtidos durante o trabalho de campo indicam que os aspectos culturais não devem passar despercebidos no processo de integração pós reassentamento, pelo contrário esses aspectos são muito importantes. Os hábitos e costumes tradicionais que são realizados no espaço actual, devem continuar a ser praticados pelos indivíduos a ser reassentados no novo espaço, tais como: realização de cerimónias para pedir a bênção dos antepassados, cerimónias fúnebres e cultos. Podemos analisar que, no que diz respeito à cultura, há uma continuidade das práticas que os indivíduos realizavam no antigo espaço (Bacela, 2017).

Segundo Swidler (1986) & Bacela, (2017), são desenvolvidos dois modelos de influência cultural, para períodos culturais assentados e insatisfeitos. Segundo os autores, em épocas estabelecidas, a cultura influencia independentemente a acção, mas apenas fornecendo recursos dos quais as pessoas podem construir diversas linhas de acção.

Após a apresentação e análise dos depoimentos referentes às práticas tradicionais e religiosas, os indivíduos continuaram a realizar as práticas culturais que são realizadas no espaço actual, tais práticas faram com que os indivíduos se sintam mais ligados ao novo espaço.

4.3.2. Continuidade das práticas religiosas

As formas pelas quais os indivíduos a serem reassentados deveram dar continuidade às práticas religiosas que serão realizadas no espaço actual habitacional. Tendo em conta os depoimentos

obtidos é possível observar que alguns indivíduos a serem reassentados, como estratégia de integração, irão dar continuidade as suas práticas religiosas através da criação de condições para se realizar missas e núcleos, sendo que as igrejas que irão frequentar não devem ficar muito distantes do novo espaço habitacional. Com base com a figura 10 abaixo 61% confirmara que irão continuar com as práticas religiosas no novo espaço na mesma igreja.

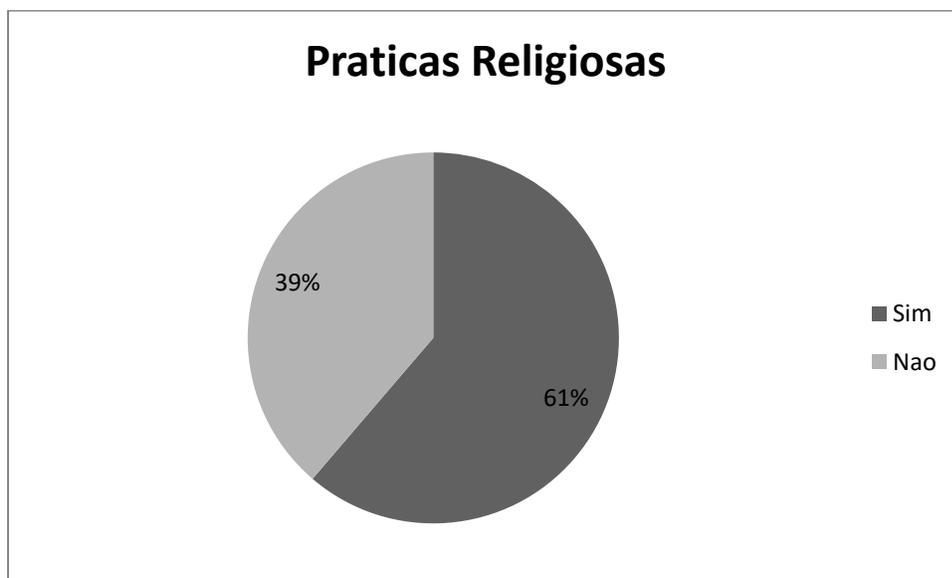


Figura 10: Percepção das praticas religiosas

Quanto a religião, foram identificadas 3 igrejas diferentes que são frequentadas pelos entrevistados. A primeira é a igreja Sião-Zione, a igreja Velha Apóstolo e a Assembleia de Deus. Vemos assim, que a nossa amostra é totalmente constituída por indivíduos que frequentam igrejas diferentes. Este facto ocorreu para que pudéssemos compreender as estratégias que os entrevistados accionam para se integrarem tendo em conta o aspecto religioso, sendo que pertencem a filiações diferentes.

Foi possível também verificar que os nossos entrevistados são todos religiosos e frequentam a igreja, embora sejam igrejas diferentes. Neves, (2019) em seu estudo obteve resultados similares no caso da Região de Tenga das famílias afectadas pela construção da ponte Maputo.

Nos depoimentos apresentados pelos entrevistados, observou-se a existência de casos de indivíduos (39%) que dizem que não querem abandonar as suas igrejas, mesmo que não tenham como se deslocar sempre para as suas igrejas, procuram realizar as missas e núcleos no novo

espaço habitacional, com vizinhos que frequentam a mesma igreja. Para os indivíduos que as suas igrejas estiverem distante e com dificuldades de se deslocar do local a ser reassento, estes não deixaram de rezar, mas sim passaram a frequentar novas igrejas que ficam mais próximas do novo espaço habitacional.

4.3.3. Adopção de novas práticas culturais no novo espaço habitacional

Como forma de observar as formas de a adopção e integração as novas práticas culturais e hábitos no novo espaço habitacional, procurou-se perceber Por meio de depoimentos com os entrevistados sobre as novas práticas no novo espaço. A figura 11 abaixo ilustra as percentagens das novas práticas a serem adquiridas no novo espaço.

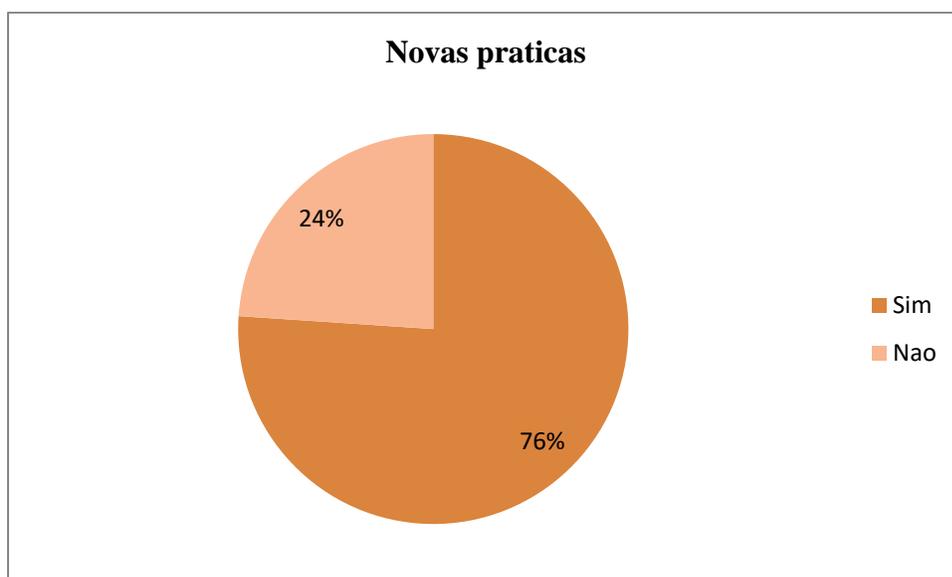


Figura 11: Percepção de novas pratica e hábitos no novo espaço

Verificamos, através dos depoimentos, que 76% dos entrevistados como forma de se integrar iram adoptar novos hábitos e costumes com base no modo de vida da população nativa que se encontram no novo espaço habitacional e os 24% afirmaram que iram continuar com a prática dos seus hábitos e costumes. Estes depoimentos indicam uma situação que Swidler, (1986) e (Bacela, 2017), chama de períodos culturais insatisfeitos.

Os mesmos autores afirmam que nesses períodos as ideologias explícitas governam directamente a acção, mas as oportunidades estruturais de acção determinam quais das ideologias concorrentes sobrevivem no longo prazo. Os indivíduos a serem reassentados terram de enfrentar uma nova

forma de ver o mundo, novos hábitos e costumes. A adopção dessas práticas farão com que os indivíduos a ser reassentados considerem “novas” farão com que os indivíduos se sintam mais integrados no novo espaço.

4.4.Integração da Comunidade Anfitriã no Processo de Reassentamento

A ultima etapa do reassentamento refere-se à integração dos reassentados na zona hospedeira. A integração passa de um estudo sócio-económico nas comunidades hospedeiras de forma a determinar os potenciais impactos de reassentamento. O estudo deve incluir infra-estruturas sociais como escolas, unidades sanitárias e fontes de abastecimento de água, para além das condições de subsistência. O estudo deve incluir também a vontade de aceitação dos locais em receber os reassentados. De acordo com o estudo feito a comunidade de Bingo foi aceite pelos locais de Chitar.

Tradicionalmente a pessoa que está à frente das cerimónias tradicionais de recepção da comunidade reassentada deve ser o líder dessa área e ser reconhecido tradicionalmente. Se o líder reconhece que a área a si pertence a cerimónia pode ser realizada, mas se há uma reivindicação, como é o caso, há sempre um receio de a cerimónia não correr bem ou porque os reassentados nunca se sentirão acolhidos. Machel (2014).

5. CONCLUSÃO

Cerca de 68% dos entrevistados são do sexo masculino e 32% são do sexo feminino. A faixa etária dos indivíduos da comunidade de Bingo varia entre 25 aos 65 anos, dos quais 39% estão em união de facto, 28% são casados, 24% são solteiros e 9% são viúvos.

Os possíveis impactos e constrangimentos socioculturais gerados no processo de reassentamento da população são, a perda de valores culturais associados ao espaço em que vivem, abandono de suas residências, árvores e cabanas sagradas, campos agrícolas.

Como forma de integração no novo espaço, a comunidade a ser reassentada terá de usar melhores estratégia de integração tais como, harmonizar-se com os novos hábitos e costumes, construção de laços sociais e simbólicas, participação conjunta nas actividades profissionais e de geração de renda, como forma de superar as dificuldades e problemas culturais.

6. RECOMENDAÇÕES

Ao Parque Nacional do Limpopo:

Recomenda-se que se reassente com urgência a comunidade de Bingo; devido ao conflito homem -fauna bravia;

Recomenda que se invista na educação para as crianças, jovens e alfabetização para os adultos,

Recomenda-se que se instale infraestruturas sanitárias (hospitais); pois percorrem quilómetros a procura de atendimentos médicos por falta de uma unidade sanitária na comunidade,

Recomenda-se o cumprimento das promessas de empregos aos jovens da comunidade local;

As Comunidades Reassentadas e em processo de reassentamento:

Recomenda-se que haja harmonia entre a comunidade anfitriã e a reassentada no que diz respeito aos hábitos e costumes.

7. Referência Bibliográfica

- ASTHANA, R. (1996). *Involuntary Resettlement: Survey of International Experience*. In *Economic and Political Weekly*, Vol. 31, No. 24, pp. 1468-1475. Retrieved on 29/01/201 from JSTOR.
- Bacela, M. S., 2017. *Reassentamento: um estudo sobre as estratégias de integração dos indivíduos no espaço de chegada - Localidade de Tenga, 2017*. Maputo: UEM.
- Banco Mundial, (2001). *Manual de Operações do Banco Mundial*;
- BOLETIM DA REPÚBLICA, *Resolução n° 63/2009*.
- Bruno, A. Dista N. (2005): MCRN e desenvolvimento de pequenas e Médias empresas. Maputo Moçambique. 40 p.
- CERNEA, M. (2000). *Risks, Safeguards, and Reconstruction: A Model for Population Displacement and Resettlement*. In *Economics and Political Weekly*, Vol. 35, n°. 41 (pp. 3659- 3678);
- CERNEA, M. (Editor) (1999). *The Economics of Involuntary Resettlement: Questions and Challenges*. Washington, D.C: The World Bank;
- DE WET, C. (2004). *Why Do Things So Often Go Wrong in Resettlement Projects?* In Alula Pankhurst and F. Piguet (eds). Addis Ababa University;
- DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. 3ª Ed. São Paulo: HUCITEC, 2001.
- DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. 6ª Ed. São Paulo: HUCITEC: NUPAUB-SP/CEC, 2008.
- DOWNING, T. E. (1996). *Mitigating Social Impoverishment When People are Involuntarily Displaced*. In C. McDowell (Eds) *Understanding Impoverishment: The Consequences of Development-Induced Displacement*, Pp. 34-48. Oxford: Berghanina Press;
- DUDLEY, N. (2008). *Guidelines for Applying Protected Area Management Categories*. Gland, Switzerland: IUCN;
- Fontes, I. E., 2010. *Imigração e Integração Social: A integração social de imigrantes no distrito de Santarém. Dissertação (Mestrado e Sociologia)*. Coimbra: Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra..

- Geertz, C. (1989). *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan.
- Granjo, P., 2006. *Há uma cultura de risco?*. s.l.:CCPB.
- Machel, F., 2014. *Reassentamento Populacional na Implementação do Projecto das Áreas de Conservação: O Caso do Parque Nacional de Limpopo, Distrito de Massingir (2008-2013)*. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane.
- MAE, M. d. A. E., 2014. *Perfil Do Distrito De Massingir Província De Gaza*. Maputo: s.n.
- Magano, O. (Sd). *Vivência urbana nas transformações identitárias*. Lisboa: VI Congresso Português de Sociologia – Mundos sociais: saberes e práticas.
- Matakala W.P. (1999). *Gestão Participativa dos recursos naturais: Modelos de parceria em Maneio comunitário dos Recursos Naturais*. 45 p.
- MOPH. (2013). *Plano de Reassentamento, Relatório final: Estudos Ambientais e Sociais do Sistema de Abastecimento de Agua do Grande Maputo*. Maputo.
- Neves, M. A., 2019. *Impacto Socioeconómico do Reassentamento Forçado em Moçambique: o caso da Região de Tenga das famílias afectadas pela construção da ponte Maputo Catembe (2016 - 2020)*. Maputo: UEM.
- Pires, R. P., 2012. O problema da integração Sociologia. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.*, Volume XXIV.
- ROCHER, Guy, (1989). *Sociologia Geral Mudança Social e Acção Histórica*. Editora Presença, 4ª Edição;
- Sa, 2009. *Movimento Pró-Cultura*. Minas Gerais: s.n.
- SHAMI, S. (1993). *The Social Implications of Population Displacement and Resettlement*. An Overview with a Focus the Arab Middle East. In *International Migration Review* Vol, 27, No. 1. Pp 4-33;
- SMITH, Melanie; MACLEOD, Nicola; ROBERTSON, Margaret. *Key concepts in tourist studies*; Sage Publications. London, 2010;
- Swidler, A., 1986. Culture in Action: Symbols and Strategies. *American Sociological Review*, Volume 51.

8. ANEXOS

Perguntas da Entrevista a comunidade de Bingo

I. Perfil social

1. Idade?
2. Sexo?
3. Estado civil?
4. Nível Académico?
5. Ocupação/Profissão?
6. Religião?

II. Percepção familiar sobre o reassentamento.

7. O que a família entende sobre reassentamento?
8. Se sentem satisfeitos por este projecto de reassentamento? Porquê?
9. Até que ponto o novo espaço de reassentamento se difere deste actual?
10. Consideram o reassentamento a melhor medida tomada para as famílias?

III. Estratégias de integração

11. Praticam alguma religião? Se sim, desde quando?
12. Que cultos participam neste espaço habitacional?
13. Que cultos participam neste espaço?
14. Que práticas tradicionais são realizadas neste espaço?
15. O que fazem para preservar essas práticas?
16. Quais são os desafios que encontram para realizar as práticas tradicionais e como contornam esses desafios?
17. Ao mudar de espaço habitacional qual será a mudança mais relevante que deve se notar quanto as práticas tradicionais que realizam?



Figura 5: Entrevista com a comunidade no local dos encontros



Figura 6: Casas da comunidade no espaço actual



Figura 7: Entrevista com o líder

Infraestruturas para a comunidade a ser reassentada na Comunidade de Chitar



Figura 8: Casa para as comunidades no novo espaço





Figura 9: Furo de água